

V CONFERÊNCIA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA



DOCUMENTO APROVADO
PELA COMISSÃO
POLÍTICA

PORTO	26	27	OUTUBRO
-------	----	----	---------

O MUNDO MUDOU: A GLOBALIZAÇÃO ESTÁ EM CRISE

O trabalho. A divisão internacional da produção deslocou uma parte substancial da indústria transformadora para o continente asiático e impôs novas tendências de exploração, que incluem: i) a intensificação dos ritmos no processo de trabalho; ii) a extração da mais-valia a partir do trabalho imaterial e intelectual; iii) a ampliação do tempo de trabalho, incluindo a diluição das fronteiras entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho; iv) a ampliação das formas de precariedade laboral; v) a “uberização” do trabalho e a extensão da gestão algorítmica; vi) a pulverização dos locais de trabalho e da distância entre quem trabalha. Em Portugal, a composição da classe trabalhadora é crescentemente heterogénea: a processos históricos, como o da feminização do trabalho assalariado, acrescenta-se agora a imposição de modelos parasitários com lucros altos alcançados a partir de salários baixos, em particular com a especialização dependente em serviços e turismo, assente em população trabalhadora imigrante, a que ainda se soma a emigração de jovens qualificados. Estas transformações contribuem para reforçar uma tendência consistente de perda de influência sindical, particularmente no privado e ainda mais nos setores uberizados.

O capital. No período de globalização neoliberal, o processo de acumulação de capital assentou no prolongamento de cadeias internacionais de produção e na livre circulação de capitais, reforçando a capacidade estratégica da finança e a concentração do seu poder político. A captura de recursos públicos serviu um processo mais vasto de monopolização da propriedade e/ou do controle da finança, da terra, da propriedade intelectual, de recursos naturais escassos e de infraestruturas básicas. Os lucros assim obtidos não dependem da capacidade produtiva, de investimento ou inovação nestes setores mas da extração de rendimentos associada ao aumento do preço de bens e serviços essenciais. A esta forma de rentismo, marcada pela acumulação acelerada em contexto de estagnação e desigualdade social, soma-se agora uma segunda dimensão, a dos impérios digitais, que extraem e exploram os dados da monitorização de comportamentos on-line, com o objetivo final de manipular comportamentos. Esta intensificação da acumulação de capital criou um restrita elite de super-ricos, alguns acima de 200 mil milhões de euros, que exercem poder sobre os governos e o planeta e enfraquecem a democracia e a capacidade de organização solidária das sociedades.

O clima. A catástrofe climática foi prevista, podia ter sido evitada e tem ainda que ser mitigada. Mas as principais medidas de combate às alterações climáticas são incompatíveis com o modelo e os objetivos de acumulação capitalista, ameaçando lucros presentes e rentabilidades futuras. As companhias energéticas baseadas no fóssil mantêm o seu poder e, em estreita integração com o capital financeiro e as indústrias do armamento, impõem a contenção de medidas de transição. Os movimentos migratórios aumentam à medida que regiões inteiras do planeta se tornam inabitáveis devido a fenómenos climáticos extremos ou às suas consequências permanentes (como as secas e as guerras). A destruição de ecossistemas promove a proliferação de agentes patogénicos e aumenta os riscos de epidemias. Neste quadro, as medidas de política climática que progridem

são apenas aquelas que constituem oportunidade para novos mercados financeiros especulativos, numa espiral de concentração de capital canibal. O negacionismo da extrema-direita e a hipocrisia liberal são as duas caras do desastre da civilização.

As guerras comerciais. A China ultrapassou a sua condição de “fábrica do mundo” e afirma-se enquanto potência emergente, abrindo espaço a projetos imperialistas regionais de potências secundárias, como a Turquia, a Rússia, o Brasil ou a África do Sul. As pressões dos EUA para que a Europa rejeitasse a tecnologia 5G da Huawei ou forçasse a venda do TikTok, tal como o aumento de taxas alfandegárias ou a reativação pela China dos BRIC, são exemplos da guerra comercial em curso e da crescente disputa na inovação tecnológica entre as duas principais potências imperialistas. A União Europeia é um ator secundário destes acontecimentos, demonstrando que o centro da disputa pela acumulação de capital migrou do Atlântico para o Pacífico.

As guerras. O confronto entre potências não é só comercial. O capitalismo anuncia a guerra - seja na Europa, com palco principal na Ucrânia, seja em torno de Taiwan, com o crescente atrito entre China e EUA, e sobretudo na escalada genocida de Israel que incendeia o Médio Oriente. Justificada como consequência de tensões inevitáveis, a corrida aos armamentos na verdade retroalimenta esta espiral da guerra, absorvendo fluxos de investimento público que, em certo momento, chegaram a ser consignados a medidas para o cumprimento dos Acordos de Paris. A retórica da escalada militar não é menos venenosa do que as ações: os governos liberais e social-liberais que procuram legitimar-se através da guerra abraçam o caminho que reforça o reacionarismo, que legitima os nacionalismos exacerbados e que promove a transferência de recursos financeiros do Estado Social para a indústria do armamento, ao ritmo das diretivas da NATO.

A globalização neoliberal está em crise. O modelo do rentismo financeiro e da extração pela dívida criou as condições da sua própria crise, trazida pela estagnação e pela desigualdade e os seus efeitos na desagregação política. A estagnação do comércio, as crises económicas, com particular ênfase na crise de 2007/2008 e as suas sequelas austeritárias, a perturbação das cadeias internacionais de produção e distribuição durante a pandemia levaram o sistema capitalista a formas mais agressivas de extração e exploração. Não sabendo desglobalizar-se, o capitalismo muscula-se em projetos políticos autoritários em que direitas e extremas-direitas populistas são determinantes, desde as eleições de Modi (2014), Trump (2016), Bolsonaro (2018), enquanto outros mantêm e radicalizam as suas posições (Putin, Orban e Erdogan).

A extrema direita normaliza-se. Sob pretexto de travar a extrema-direita, governos liberais ou social-liberais têm respondido ao avanço reacionário com rendições sucessivas. À medida que se fundem nos discursos anti-imigrantes, belicistas e autoritários, os liberais contribuem para a normalização da extrema-direita. Tendo em muitos casos o ditador russo Vladimir Putin como seu aliado e financiador, a estratégia de poder da extrema-direita é ganhar peso institucional e condicionar políticas, como o Pacto das Migrações da União Europeia. Esta normalização articula-se com o empenho da extrema-direita no reforço da exploração de classe ou no regresso a visões sexistas, homofóbicas e ultraconservadoras.

Não deve haver equívocos: a extrema-direita não é apenas antissocialista. Ela tem como missão absorver as direitas liberais no projeto autoritário de acumulação liderado por uma pequena oligarquia com poder global. Elon Musk - um dos super-ricos que mais beneficiou da década de dinheiro barato - é dos principais financiadores da candidatura de Donald Trump. Os super-ricos comandam não apenas a economia e a informação (Musk adquiriu uma das principais redes sociais) mas também a disputa política por um modelo capitalista autoritário e militarista. A acumulação de capital exhibe-se nestes ultrabilionários que controlam redes de comunicação e fazem negócio do controlo e da manipulação das emoções.

As democracias não estão condenadas ao autoritarismo, mas elas não serão protegidas pelo centrão neoliberal. O próprio neoliberalismo, incluindo a social-democracia rendida, destruiu as bases do anterior contrato social. **O combate pela democracia e pela liberdade é o combate por um novo contrato social, que estabeleça a igualdade, o cuidado e o ambiente como princípios organizadores da economia e da sociedade, um contrato assente na solidariedade e no respeito pela liberdade e emancipação de cada pessoa. O projeto de futuro que apresentamos é a resposta luminosa contra o obscurantismo e o retrocesso, que faz valer a comunidade contra o egoísmo e a esperança contra o ressentimento. É a segurança da vida boa no lugar da ansiedade social. Assim abrimos caminho para o Socialismo de Futuro que queremos construir.**

O LUGAR DA UNIÃO EUROPEIA NA ORDEM MUNDIAL

A guerra da Ucrânia tornou-se o impulso para uma militarização há muito desejada pela direita europeia. As novas regras de governação económica já integram esse projeto, não só excepcionando a despesa militar das restrições ao investimento público como abrindo caminho à imposição de gastos militares obrigatórios aos Estados-membros.

No clima, a UE vive na contradição entre compromissos e instrumentos, mas também entre necessidades de investimento e recursos financeiros mobilizados. O próprio G20 lançou um relatório sobre a necessidade de taxação dos super-ricos e esta é já uma discussão em vários países, sem sinais de que possa avançar no eixo de poder real da União Europeia.

Sem uma viragem de rumo, o ano 2030 confirmará uma retórica vazia e um fracasso real, assente em instrumentos de mercado em detrimento de políticas públicas e incapaz de obter resultados decisivos na transição energética, na reestruturação industrial e de transportes e na reorganização que proteja as nossas vidas.

Também no plano dos direitos sociais na UE (incluindo sobre habitação ou pobreza) o liberalismo continua a criar um desastre: a especulação imobiliária é um dos exemplos do sucesso dessa política, que exclui uma parte crescente da população de condições de vida elementares. A Comissão Europeia pressionou os Estados-membros a cortar despesa com saúde e educação e desregular relações de trabalho e considera-se legalmente incompetente para estabelecer sequer mínimos em matéria de direitos. A exceção foi, graças à pressão popular, a diretiva do trabalho de plataformas, que mostrou um caminho a seguir, na certeza de que só há acesso a direitos no quadro de escolhas económicas coerentes.

A mais extrema das consequências das políticas liberais é a sequência de vitórias da extrema-direita na política europeia para as migrações. O pacto aprovado é uma delas, até por ter arrastado a aprovação do centro político, incluindo os socialistas europeus. O discurso de ódio e o aumento de crimes contra migrantes ou pessoas racializadas indica uma normalização da política da extrema-direita, que se articula com a intensificação da exploração de classe ou a afirmação de visões ultraconservadoras.

A UE condenou a invasão russa e afirmou a sua defesa da autodeterminação da Ucrânia, mas tem falhado na construção de um caminho para a paz. A retirada das tropas invasoras e a reunião de uma conferência que acorde os termos da paz são dois passos urgentes.

Esse posicionamento contrasta de forma grotesca com o apoio e o armamento do genocídio cometido por Israel em Gaza, o maior crime contra a humanidade cometido no século XXI, e expansão colonial para a Cisjordânia. Todos os valores alegados quanto à Ucrânia são invertidos quanto à Palestina: todos os crimes são justificados ou ignorados. A cumplicidade europeia com o regime de apartheid israelita e a sua natureza genocida é um crime.

DESAFIOS CONCRETOS À AFIRMAÇÃO DA ESQUERDA NO SÉCULO XXI

Hoje, com a crise da globalização e a deslocação dos liberais para a extrema-direita, a esquerda enfrenta novos desafios: como construir uma unidade de classe perante a crescente heterogeneidade do trabalho? Como revitalizar sindicatos e organizações sociais? Como responder à emergência de novas tecnologias? Como desenvolver uma agenda de intervenção que articule justiça na economia, transição climática justa e igualdade de género e etnoracial? Como afirmar a novidade e singularidade do Socialismo para o século XXI? Respondemos com uma cultura de luta e um partido para a luta.

A questão da pertença. A contínua propaganda do fim da luta de classes é uma ofensiva para anular uma cultura de mobilização do povo trabalhador. O parasitismo dos grupos privados sobre o Estado Social, com a privatização de serviços e a absorção de recursos, leva à perda de qualidade e à desvalorização dos serviços

públicos enquanto modelo de redistribuição de riqueza e universalização do acesso a direitos. As desigualdades sem precedentes e o enfraquecimento do sindicalismo traduzem a perda de valor da ação coletiva e da luta organizada. A cultura individualista inverte a pirâmide das necessidades e pessoaliza (e patologiza até) as respostas a problemas sociais. A afirmação da pertença, da luta coletiva contra o capitalismo é a base da nossa cultura partidária.

A questão da identidade e da novidade. Uma tenaz ataca as forças da esquerda anticapitalista. De um lado, uma máquina de propaganda da direita e da extrema-direita, que apresenta o centrismo do PS como um perigo socialista ou até comunista. Do outro, uma avalanche retórica que banaliza a exploração e glorifica o individualismo, reclamando para a direita o brilho transformador. A ladainha sobre o fim das chamadas “causas fraturantes” ajuda a esta dinâmica do ocaso das diferenças. **A afirmação da identidade da esquerda socialista está na recusa do logro da meritocracia e na ofensiva pelo futuro, uma luta comprometida contra a desigualdade e pelos bens comuns que são a viabilidade da democracia.**

A questão da conciliação. O segundo elemento da tenaz é a teoria da ferradura (“os extremos tocam-se”), vinda do centrão. A teoria dos extremos procura marginalizar ou até criminalizar as políticas redistributivas e anticapitalistas e constranger a esquerda a uma “moderação” sem matizes. Sob o signo da conciliação, as forças de esquerda são instadas a diluir de forma permanente e irreversível a sua identidade e o seu programa em nome da manutenção do status quo, mesmo sob governos de direita, como em Portugal.

Conhecemos a força dos ataques e as dificuldades que criam, mas temos a confiança de sabermos de onde vimos e para onde queremos ir. Sabemos como o Bloco foi fundamental nas lutas da modernidade contra o conservadorismo e como, com vitórias ainda por alcançar nos direitos e liberdades individuais e coletivos, é fundamental para impedir a vingança conservadora em curso e criar movimentos unitários para essas vitórias. Esta herança é parte da nossa identidade que abraçamos com orgulho. **Mas o que o Bloco traz de novidade é uma conceção da luta emancipatória do trabalho que a torna inseparável dos combates emancipatórios pelos avanços dos direitos das mulheres, pessoas LGBTI+, migrantes ou racializadas, com deficiência. Combatemos o capitalismo tal como ele é. Essa novidade e essa força é a bússola do nosso programa e da nossa cultura.**

A ESQUERDA DO SÉCULO XXI

A esquerda do século XXI alicerça a política de classe numa cultura de liberdade radical e afirma que classe, género e raça são elementos entrelaçados do mesmo sistema de desigualdades e opressão. Reclamamos a herança revolucionária de Abril, que abriu caminho à democracia, à transformação das relações sociais, bem como dos movimentos anti-imperialistas e de todas as lutas emancipatórias do século

XX. Na luta pelo fim do capitalismo e das relações de poder e desigualdade que ele estabelece, procuramos o caminho para uma liberdade inteira, individual e coletiva, fundada na igualdade radical de participação política e na distribuição justa da produção. Somos ecologistas porque queremos uma economia organizada pelas necessidades ambientais e sociais, e não pelo lucro predatório. Somos feministas e antirracistas porque queremos a liberdade toda, porque reconhecemos que o capitalismo está estruturalmente assente em formas de dominação machistas e patriarcais, e porque vemos no reconhecimento de identidades subalternizadas uma prática política revolucionária de que não abdicamos. A nossa cultura é combater todas as formas de opressão geradas pelo capitalismo.

A esquerda do século XXI só pode ser um projeto coletivo de liberdade, um “nós” gerado na confluência de todas as lutas emancipatórias, empenhado na construção de uma comunidade que se define pela inclusão e igualdade, pelo reconhecimento e partilha de direitos, e não pela exclusão e estratificação sociais. Ao individualismo que nos isola diante do Estado e da economia e ao princípio da competição que nos faz correr num mundo sem futuro, que degrada a saúde física e mental, contrapomos a construção da democracia que partilha o poder e a responsabilidade pelo bem-estar do planeta e de todos. A nossa cultura organiza-se pelo princípio do cuidado e pelas respostas às necessidades sociais.

A esquerda do século XXI deseja o futuro, que é o tempo da afirmação do socialismo, a mais moderna e urgente das ideias políticas por cumprir. O seu enunciado é poderoso: afirmar uma visão do mundo e da sociedade em que a hierarquia se dilui e a participação se agiganta como decisão e controlo de produtores e cidadãos; aprofundar a democracia sobre as escolhas sociais; reclamar a liberdade individual nas opções de vida. Não ignoramos experiências de regimes falhados, na URSS e noutros países, que condenamos e que conspurcaram a luta pelo socialismo.

A esquerda do século XXI acolhe e promove o avanço tecnológico. A automatização, robotização e inteligência artificial podem e devem servir objetivos sociais, democraticamente desejados: substituir tarefas penosas, facilitar ou evitar deslocações, reduzir o tempo de trabalho, expandir a qualidade e oferta de serviços públicos, melhorar a produção de medicamentos, facilitar tarefas domésticas, organizar as cidades e a produção com vista à transição ecológica. A tecnologia pode servir um propósito coletivo, o que exige que a sua infraestrutura e a sua força produtiva estejam ao serviço da sociedade. A cultura da modernidade é socialista porque é distributiva das capacidades e riqueza assim criadas.

A esquerda do século XXI é internacionalista e anti-militarista. Afirmamos a solidariedade com todas as vítimas do imperialismo, da autocracia e da ganância. Defendemos os direitos do povo palestino contra o genocídio pelo Estado de Israel, e da Ucrânia contra a invasão russa. Estamos ao lado do Estado espanhol no reconhecimento da Palestina e contra a sua aliança com a ocupação marroquina do Saara Ocidental. Denunciamos os ataques aos direitos democráticos na China e na Venezuela tal como rejeitamos a política de ingerência dos EUA na América Latina e a escala militar que provoca no sudeste asiático. Apoiamos o direito dos povos à autodefesa e a decidirem livremente o seu futuro, libertos dos planos que as potências mundiais lhes

reservam nas suas lutas geopolíticas, e, em cada país, estamos ao lado das forças democráticas, progressistas e de esquerda. Não escolhemos entre imperialismos nem entre as suas alianças militares, de que a NATO é e foi ponta de lança. Somos convictamente antimilitaristas porque sabemos que a guerra é, acima de tudo, uma disputa das elites por recursos, território e poder, e uma forma de massacrar os povos.

A esquerda do século XXI é ambientalista. A sobrevivência e o bem-estar da humanidade dependem da transformação dos modos de produção e de consumo no planeta. Queremos que esse processo seja democraticamente determinado, retirado das mãos da oligarquia financeira ou de tecnocratas a ela obedientes, e conduzido pela decisão esclarecida das populações e dos trabalhadores. O planeamento democrático e ecológico que defendemos reorganiza a economia em torno de atividades úteis à sociedade e compatíveis com os limites do planeta, afastando-a da exploração destrutiva da natureza, dos combustíveis fósseis, do desperdício de recursos e da obsolescência programada; respeita os princípios de pleno emprego e igualdade salarial; garante mais liberdade a toda a gente, pela participação na definição dos investimentos prioritários, pelo acesso a bens e serviços essenciais, como os transportes ou a energia, mas também pelo aumento do tempo livre; abre espaço para um modelo de satisfação pessoal a partir de atividades culturais, desportivas, políticas, recreativas e da exploração de relações pessoais, afetivas, em alternativa às formas tóxicas de consumo e de trabalho que hoje dominam as nossas vidas. O planeamento democrático e ecológico que defendemos implica ainda uma alteração das relações de dominação e exploração entre o Norte e o Sul, em que a colaboração e o auxílio técnico e financeiro substituem o atual modelo de predação e endividamento.

O BLOCO DE ESQUERDA NO SÉCULO XXI

O Bloco de Esquerda organiza-se para dar resposta às exigências e desafios dos nossos tempos e assim construir a esquerda do futuro. Nesse caminho, afirmamos quatro prioridades da nossa ação.

Movimentos e mobilização popular. A emergência de mobilizações populares e de movimentos sociais é uma alavanca para as reivindicações da esquerda, mas é, antes de mais, uma condição essencial para disputar com a extrema-direita a consciência social e política do povo e, em particular, dos jovens. Sabemos como as mulheres e as pessoas LGBTQI+, as comunidades racializadas e os migrantes, avançam nas suas formas de organização e formam uma barreira contra a extrema-direita e alternativas de poder na América Latina. Sabemos como o massacre do povo palestino relançou um movimento antimilitarista com milhões de jovens por todo o mundo e como os movimentos pelo clima e pela habitação são embriões de uma identidade anticapitalista. É nesses movimentos que o Bloco participa, sem dirigismos ou sectarismos, promovendo uma cultura de militância e de autoorganização.

Um programa para disputar ideias e conceitos. A alternativa política que queremos afirmar em Portugal

requer um programa político que pense o país, os seus recursos e possibilidades, em torno dos objetivos de planeamento ecológico e do cuidado, ou seja, da satisfação das necessidades de cada pessoa e de um projeto económico e social que enfrente a desigualdade. Um programa que perspetive de que forma a tecnologia e o progresso podem ser aliados, e não ameaças. Um programa que responda como o trabalho, os serviços públicos e o Estado Social se devem organizar sem que isso signifique um eterno regresso aos modelos e referências fracassadas do passado. Um programa que acompanhe e acrescente às reivindicações dos movimentos sociais do presente. Um programa que abra caminhos para o Socialismo que queremos para o futuro. Este programa é um plano de ação mas também um instrumento de disputa ideológica e de descolonização do imaginário. Modernidade e futuro, liberdade e autonomia, cosmopolitismo e multiculturalidade ganham o seu verdadeiro significado quando nomeiam uma sociedade de iguais, organizada para o bem-estar e segurança de todos, e por isso, para emancipação de cada pessoa. A elaboração deste programa é uma prioridade do Bloco, um processo que decorrerá no espaço de um ano e que só será concluído pela Mesa Nacional que será eleita na próxima Convenção.

Uma cultura contra-hegemónica. Nem capricho nem inconsequência. É na afirmação de ideias emancipatórias contra o conservadorismo, na denúncia desassomburada da exploração e das desigualdades e nas formas coletivas de organização e vivência que emergem os sujeitos políticos capazes das mais potentes transformações políticas. Assim, o combate pelo enraizamento popular da alternativa socialista forma também uma cultura de partido, com referenciais comuns para a ação militante, objetivos claros e aprendizagem permanente sobre a experiência de ação.

Uma Organização aberta. O compromisso do Bloco com a democracia interna e as formas abertas de participação no debate político funda-se na rejeição, quer do centralismo atrofiante dos partidos comunistas tradicionais, quer da inorganicidade própria dos movimentos dirigidos por um líder populista, autoritário e providencial. Esta cultura democrática requer um esforço permanente para a criação de formas alargadas de debate e participação. Desde já: 1) um processo de atualização programática que visa criar canais permanentes de debates temáticos, com o envolvimento alargado de militantes e simpatizantes, especialistas e ativistas políticos e sociais; 2) um roteiro de formação política e ideológica descentralizado, elaborado após consulta aos militantes e estruturas do Bloco; 3) novas formas de partilha de informação interna, com a criação de uma newsletter e de uma aplicação aberta a militantes; 4) novas abordagens para comunicação externa que, além do atual esforço de dinamização das redes sociais do Bloco, incluam o atualização do site nacional e dos principais materiais de propaganda, como o jornal, bem como a dinamização de formas locais de comunicação. A participação do Bloco em movimentos e organizações sociais não deve substituir a capacidade de organização interna da militância bloquista em torno de questões centrais do combate político. Assim, sempre que possível, o Bloco deve promover grupos de reflexão e coordenação em áreas como o trabalho, o feminismo, o clima, o antirracismo, as causas LGBTQI+, o bem-estar animal, a educação, a saúde, a justiça, a intervenção estudantil, a investigação e a ciência, ou os direitos das pessoas seniores, entre outras causas.

Mandato popular e agenda política. A presença do Bloco nos parlamentos é um elemento importante da nossa afirmação e disputa política. No contexto de uma maioria de direita na Assembleia da República, com a presença de 50 deputados da extrema-direita, o Bloco deve focar a sua intervenção na polarização face ao conservadorismo e ao ultraliberalismo que dominam os debates sobre imigração e direitos sociais, política fiscal, económica e ambiental e Estado Social. Simultaneamente, a pressão para reduzir o debate parlamentar às táticas de sobrevivência e poder do governo minoritário PSD/CDS na sua relação com o PS e com o Chega, exige do Bloco criatividade e arrojo na apresentação de propostas que traduzam os maiores problemas dos nossos dias, o salário e o tempo de trabalho, as alterações climáticas, o acesso a serviços e bens essenciais, desde logo a habitação, mas também a defesa intransigente da igualdade e da liberdade.

Dentro e fora do Parlamento, levantamos as nossas bandeiras prioritárias: resgatar a habitação da finança e fazer dela um bem para todos; trabalhar menos, melhor e por mais salário; controlar os instrumentos para o planeamento ecológico, a começar pela produção e distribuição de energia; redistribuir a riqueza para financiar novos serviços públicos; afirmar o feminismo, o antirracismo e o combate a todas as discriminações como forma maior de liberdade.

A ESQUERDA PERANTE UM GOVERNO DE CONTRARREFORMAS

O Governo procura distanciar-se da ideia de uma maioria de direita com o Chega e apresentar-se com uma governação ao centro, com a concretização de algumas promessas eleitorais com impacto social. Esta circunstância táctica não esconde uma prática com alcance estratégico importante: é um governo de contrarreformas. À semelhança ao macronismo, a estratégia do “extremo-centro” de Luís Montenegro, destaca-se pela adoção de um programa radical de direita neoliberal destinado a favorecer as elites e o poder económico integrando também elementos do discurso e das políticas da extrema-direita. Esta rampa deslizante na política para a direita vem acompanhada do convite à normalização parlamentar e institucional da extrema-direita, apesar das suas ameaças à democracia portuguesa.

Assim, os primeiros meses de governação do PSD são marcados por uma reforma fiscal sem precedentes que goza do apoio de toda a direita, com o compromisso de redução de 5p.p. na taxa de IRC paga pelas grandes empresas e por uma alteração no IRS jovem destinada a beneficiar os salários mais altos, que abre a porta para um sistema de taxas planas em Portugal, o velho sonho dos liberais e da sua clientela milionária. Com um custo estimado que supera os 2500 milhões de euros, a proposta fiscal do Governo supera em muito a despesa associada ao cumprimento de algumas promessas eleitorais com professores, forças de segurança e no alargamento do CSI.

Na imigração, a cedência ao discurso do Chega sobre “as portas escancaradas” levou ao fim das manifestações de interesse e à consequente promoção da permanência de imigrantes em Portugal de forma irregular e

clandestina. Na habitação, a prioridade é dada ao Alojamento Local e, mais uma vez, a redução dos impostos sobre os mais ricos. Na Saúde, a par da marca de incompetência e autoritarismo da ministra, está em curso uma alteração estrutural na organização da resposta pública, em que o SNS passa a ser mais uma componente, a par do setor privado e social, do “sistema” de saúde, e que se vai degradando. No trabalho, a pressão para embaratecimento dos salários vinda da desregulação da imigração soma-se à inação face ao aumento do salário mínimo e às contrarreformas que se antevêm nas áreas da legislação laboral, em estreita cooperação com a CIP.

Com base no seu programa, Luís Montenegro convoca a resolução de problemas deixados pelo anterior Governo, e usa a ideia de estabilidade e o distanciamento face à extrema-direita para requisitar o apoio do PS na viabilização do Orçamento do Estado. Simultaneamente, dá voz à teoria dos extremos para desqualificar as propostas e posições da esquerda. Com essas estratégias, mesmo que o próximo seja o único OE que Montenegro conseguisse aprovar, a impossibilidade de dissolução do parlamento no calendário de autárquicas e presidenciais faria com que uma abstenção do PS no próximo orçamento lhe permitisse governar à sombra do bloco central até 2027. Quaisquer tentativas de acordos de bloco central só servirão para dar oxigénio a um governo de direita que pretende “regular” as políticas mais radicais vindas dos extremos conservadores e radicais da direita.

A banalização dos programas de direita que reduz o confronto político à negociação de pequenas medidas orçamentais, que vem a par da diabolização das alternativas à esquerda, menoriza e afunila a democracia, escancarando as portas à extrema-direita.

O Bloco nasceu contra esse rotativismo do centrão e afirma-se nas lutas contra a extrema-direita com um projeto alternativo para a sociedade portuguesa. Somos oposição ao Governo do capitalismo rentista e às suas escolhas e estaremos na frente de qualquer combate à extrema-direita. Denunciamos qualquer conciliação do PS e saberemos fazer as alianças necessárias no combate à direita e à extrema-direita. Esta clareza tática só é possível com firmeza sobre o horizonte estratégico. Não colocamos o Socialismo na gaveta, nem deixamos de lutar por ele a cada momento.

POLÍTICA DE ALIANÇAS E ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

Os objetivos do Bloco de Esquerda são a polarização contra programas radicais da direita conservadora e neoliberal e a afirmação de uma alternativa de esquerda para Portugal. Para tal, o Bloco deve ser capaz de estabelecer as alianças sociais e políticas que permitam travar o avanço da direita e abrir espaços de respiração democrática e de esperança popular.

As mobilizações para o 25 de Abril demonstram a importância de criar alianças populares contra o projeto autoritário e ultraconservador da extrema-direita, expressado através da sua presença parlamentar mas também no avanço de ideias racistas, xenófobas, transfóbicas e machistas na sociedade portuguesa. Esta permanente procura de alianças, com partidos, movimentos sociais e sociedade civil, abrange ainda questões essenciais para a democracia, e que representam hoje os principais conflitos sociais face às políticas neoliberais que atacam o clima, ameaçam o salário e destroem o acesso à habitação.

Nas eleições autárquicas, o Bloco procurará, sempre que possível, criar alianças sociais em projetos locais de transformação política à esquerda, alternativos à governação autárquica do PS e do PSD. Suportado em bases programáticas pré-definidas em torno dos temas da habitação, do acesso a serviços públicos e da transformação climática, as concelhias do Bloco de Esquerda avaliarão as condições e proporão à Mesa Nacional coligações pré-eleitorais com outras forças progressistas, ecologistas e de esquerda. Neste contexto, estão já iniciados diálogos concretos a nível concelhio, nomeadamente com o Livre.

O Bloco acompanha com abertura a vontade publicamente demonstrada por parte de várias forças políticas, entre as quais o PS, para iniciar um processo de constituição de uma candidatura alargada que derrote a política de Carlos Moedas em Lisboa. A avaliação desta candidatura, que deve representar mais que a mera soma de partidos, está sujeita aos mesmos critérios programáticos acima enunciados, bem como à existência de protagonistas capazes de os concretizar.